

Senado quer limitar a dívida pública estadual

JORNAL DO BRASIL

04 MAR 1998

WLADIMIR GRAMACHO

BRASÍLIA – Depois da ganção promovida pelos governadores em dezembro, que provocou um déficit recorde e surpreendeu toda a equipe econômica, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado promete arrochar as opções de endividamento dos estados. O relator do assunto, senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), já tem pronto o texto de reforma da Resolução 69, que disciplina o acesso dos estados a novos empréstimos.

“Em qualquer país civilizado, existe uma limitação para o endividamento público. Nossa idéia é aumentar o rigor para as novas dívidas”, explica Kleinubing. O projeto dificulta as operações de antecipação

de receita orçamentária (AROs), mecanismo pelo qual os estados tomam empréstimos de curto prazo com bancos; fixa um limite para os juros nesse tipo de operação; obriga os governadores a prestar contas sobre as vendas de estatais e recomenda o uso dessa receita para reduzir a dívida.

Um dos dispositivos do texto que promete gerar muita polêmica, pelo menos com os governadores, estabelece um teto para a dívida pública de cada estado, que seria equivalente às receitas totais durante um ano. “Hoje, todos estão acima desse limite, mas a intenção é dar um prazo de 10 anos para que os estados se enquadrem, como fez a Lei Camata (que fixou em 60% os gastos do setor público com folha de pessoal)”, diz Kleinubing.

Para evitar confrontos com os governadores, o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), diz que concorda com as mudanças, que “estão na direção correta”, mas lembra que não se pode ferir a autonomia dos estados. “O importante é estabelecer regras que permitam ao Senado aprovar novos créditos para estados que fazem ajustes profundos, como São Paulo, e negar para estados que não acertam suas contas, como Alagoas”, defende Arruda. Já para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), “enquanto o Senado continuar votando de acordo com o interesse dos partidos, não há regra que limite o endividamento”, diz o senador do PT.